

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

JONAS DURVAL CARNEIRO

**PERSEGUIÇÃO ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO RECIFE:
A IMPRENSA E SEU PODER DE INFLUÊNCIA (1937 – 1945)**

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C289p Carneiro, Jonas Durval
Perseguição às religiões de matriz africana no Recife: A imprensa e seu poder de influência (1937
1945) / Jonas Durval Carneiro. - 2021.
49 f. : il.

Orientador: Marcilia Gama da Silva.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, 2021.

1. Religião. 2. Perseguição. 3. Estado Novo. I. Silva, Marcilia Gama da, orient. II. Título

CDD 909

JONAS DURVAL CARNEIRO

**PERSEGUIÇÃO ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO RECIFE:
A IMPRENSA E SEU PODER DE INFLUÊNCIA (1937 – 1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, sob orientação da Prof^a Dra. Marcília Gama da Silva.

RECIFE

2021

JONAS DURVAL CARNEIRO

**PERSEGUIÇÃO ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO RECIFE:
A IMPRENSA E SEU PODER DE INFLUÊNCIA (1937 – 1945)**

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade Federal
Rural de Pernambuco como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em
História.

Defendido em 13/07/2021

Profª Dra. Marcília Gama da Silva

Profª Dra. Marília Emília Vasconcelos

Profª. Ms. Maria Lana Monteiro de Lacerda

Recife, 13 de julho de 2021

Aos meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de terminar a graduação. À minha orientadora, professora Dra. Marcília Gama da Silva, que me recebeu de forma bastante acolhedora ainda nos primeiros contatos e que não se limitou ao seu ofício de orientar, fazendo questão de demonstrar confiança na minha capacidade e apoio ao meu trabalho.

Agradeço todos os professores do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco pelos momentos únicos de aprendizado, especialmente à professora Dra. Marília Emília por sua ajuda. Também aos meus amigos de turma e universidade pelo lido diário e os bons momentos juntos. Agradecimentos especiais para Jaime de Lima, Amanda Nova, Elton Greysson, Jacilene de Lima, Flaviane Soares, Thays Sousa, Emmanoel Rosa, Murilo Veloso, Williams Augusto, Diomedes de Oliveira e Allana Aquino, pessoas por quem tenho enorme apreço e que fizeram dos meus dias de graduação inesquecíveis. Aos amigos que tive a felicidade de encontrar no percurso do curso, mas que por algum motivo precisaram se afastar como Saady Teles, Celson Coelho e Edmilson Mariano.

A toda a equipe do Departamento de História nas pessoas do Professor Dr. Victor Hugo Abril e a secretária do curso Joyce Maria de Melo pelo acolhimento e prestatividade nos momentos de maior necessidade. Aos demais amigos que conquistei durante o percurso de minha vida e com os quais pude contar nos momentos difíceis, em que algo mais forte que apenas a vontade individual foi necessário para me fazer prosseguir, mas também nos momentos felizes.

A todos os mestres do Curso de Licenciatura em História que, de vários modos, me auxiliaram neste trabalho.

Por fim, e principalmente, à minha família que sempre será minha base, fortaleza e fonte de felicidade.

“É muito mais fácil corromper do que persuadir.”

Sócrates

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a perseguição sofrida pelas religiões de matriz africana no Recife durante o Estado Novo, a partir de representações construídas pela imprensa local. Para tanto, foi realizado um trabalho de campo que privilegiou uma metodologia de análise de documentação, e a produção de um levantamento em alguns jornais de grande circulação da cidade entre o período de 1937 a 1945. O levantamento nos jornais da cidade teve como principal função, proporcionar o conhecimento de informações sobre a presença dessas religiões na cidade, dando destaque ao indício que aponta para a existência de uma perseguição pelo governo local que era ao mesmo tempo corroborada por meio da influência que a imprensa possuía na época.

Palavras-chave: Religião. Perseguição. Estado Novo.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the persecution of religions of African origin in Recife during the New State based on representations constructed by the press. To this end, fieldwork was carried out that favored an analysis methodology, and the production of a survey in some newspapers of great circulation in the city between the period 1937 to 1945. The survey in the city newspapers provided the knowledge of information about the presence of these religions in the city, highlighting the evidence that points to the existence of persecution by the local government at the same time corroborated through the influence that the press had at the time.

Keywords: Religion. Persecution. New State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Diário de Pernambuco, 05 de março de 1939, página 5 ed. 99	30
Figura 2. Diário da Manhã, 06 de julho de 1938, página 5.....	30
Figura 3. Seção factos diversos, Diário de Pernambuco, 04 de fevereiro de 1938 ...	31
Figura 4. Seção factos do dia, Diário da manhã, 02 de março de 1939, página 6	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Termos mais utilizados pelos jornais para designar às religiões de matriz africana	37
Gráfico 2. Palavras mais utilizadas pelos jornais para designar os praticantes das religiões de matriz africana.....	37
Gráfico 3. Reportagens veiculadas por ano por veículo de imprensa	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	AÇÃO INTEGRALISTA NACIONAL
AIP	ASSOCIAÇÃO DE IMPRENSA DE PERNAMBUCO
ANL	ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA
CEPE	COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO
DOPS	DELEGACIA DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL
FUNDAJ	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PE	PERNAMBUCO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. RAÇA, CONTROLE SOCIAL E PODER.....	17
3. A IMPRENSA NO ESTADO NOVO E O CONTROLE SOCIAL.....	26
4. PERSEGUIÇÃO ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO RECIFE DURANTE O ESTADO NOVO.....	32
4.1. PÁGINAS MANCHADAS DE PRECONCEITO.....	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

O período da História do Brasil conhecido como Estado Novo ocasionou diversas rupturas na sociedade, tanto no âmbito político e cultural, como no religioso. Isso ocorreu porque o governo se utilizava de táticas legais e ilegais para controlar a população, dentre as quais o uso calculado da imprensa e de todo o conteúdo que era produzido. O controle da imprensa pelo governo se dava ora através da censura do trabalho do jornal, ora via interferência no que era produzido.

Com efeito, os jornais eram uma das principais fontes de informação para a população, de acesso facilitado em diversos meios, portanto, uma maneira prática para chegar às diversas camadas da sociedade. Por isso, foi utilizado como principal meio de comunicação entre o governo e a sociedade a fim de deixar a população ciente dos desígnios da administração estadual servindo inclusive como diário oficial em algumas ocasiões. Percebe-se então, a influência que o governo impunha sobre a mídia impressa.

Diante desse cenário, o intuito deste trabalho é analisar: 1) que influência os jornais, por meio de suas reportagens, exerceram sobre a perseguição às religiões de matriz africana no Recife durante o Estado Novo? 2) como as matérias descreviam os praticantes dessas religiões? 3) como se deu o processo de criminalização aos cultos e religiões de matriz africana e seus adeptos?

A metodologia destes estudos envolveu um levantamento e a leitura bibliográfica (fontes secundárias), do que foi escrito sobre o tema em: artigos, dissertações, livros e teses, com realização de fichamento dos conteúdos de maior interesse à pesquisa em Pernambuco. A partir disso, a pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa de informações, analisando as matérias jornalísticas vinculadas nos jornais Diário de Pernambuco e Diário da Manhã durante os anos de 1937 a 1945. Os dados dos jornais foram coletados na Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional, na Hemeroteca da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), no acervo já digitalizado e disponível na internet. Para ajudar na compreensão do conteúdo, esse trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo foram analisados o conceito de raça, controle social e poder simbólico e disciplinar. Discutiu-se como o branco tomou para si o papel de protagonista impondo um controle social especialmente sobre o negro por meio do

poder, seja ele simbólico, explicado em Bourdieu, ou disciplinar, exemplificado por Foucault. Tal processo levou à defraudação do negro em todos os aspectos contribuindo para desvalorização da raça e de seu trabalho, fazendo com que esses acontecimentos tenham reflexo na perseguição à religião “dos negros” durante o Estado Novo. Isso nos levou a refletir como em qualquer época o poder simbólico ou disciplinar se impõe sobre os marginalizados e sobre aqueles de cor na sociedade.

No segundo capítulo foi feita uma análise da situação da imprensa no Brasil e de maneira particular, no Recife, levando em conta a trajetória dessa imprensa até o governo getulista e a priori ao governo intervencionista de Agamenon Magalhães.

Ainda neste capítulo é apontado que o Estado, representado na pessoa de Getúlio Vargas, agiu de forma inteligente ao fazer um controle gigantesco sobre os meios de comunicação, principalmente jornais e rádios, os meios mais utilizados no período. Essa ação observava o pressuposto que a política sobrevive através da credibilidade, entendendo que a melhor forma de fortalecer a legitimidade da política, ou até mesmo destruí-la é usando a mídia a seu favor e mantendo-a sob suas rédeas. De maneira perspicaz, Vargas percebeu que aquele que tem o controle sobre o que é produzido e disseminado, tem o poder de decisão em suas mãos. Com efeito, a mídia pode tornar aquilo que não é real, em algo que existe, induzindo tanto ao certo como ao errado; e para que uma sociedade de controle seja efetivada a mídia (neste caso, a imprensa), precisa se constituir “numa materialidade que obedece aos mecanismos de poder em forma de imprensa, [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 225).

A mesma visão é corroborada por Capelato (1998) quando informa “que a propaganda política é estratégia para o exercício do poder”. No governo getulista isso se torna mais latente, pois “o uso dos meios de comunicação tinha como objetivo legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores à política varguista” (CAPELATO, 1998 p. 80). Essa postura do governo veio a se efetivar definitivamente com a Constituição de 1937, na qual a censura sobre os meios de comunicação foi legitimada e a imprensa ganhou caráter público, ou seja, de instrumento do Estado e veículo oficial do governo.

No segundo capítulo ainda é discutido como o interventor indicado por Getúlio para Pernambuco, Agamenon Magalhães, tentou lograr os mesmos êxitos do presidente ao manter um controle intenso e rígido sobre os jornais do estado, e utilizar-se de um deles (Jornal da Manhã) como “canal oficial”. Assim, nesse canal

apenas as notícias que fossem do seu interesse ou que prejudicasse seus desafetos seriam publicadas. Agamenon captou as mesmas ideias descritas por Foucault (1979, p. 148) quando disse que:

O poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados.

No terceiro capítulo foi feita a análise das matérias e reportagens vinculadas aos jornais Diário de Pernambuco e Diário da Manhã durante o período de 1937 a 1945. O intuito foi analisar as reportagens cujo teor envolvesse as religiões de matriz africana, buscando examinar o conteúdo desses textos e em que sentido eles puderam contribuir para o aumento da discriminação e intolerância a essas religiões. Também foi examinada a frequência, se maior ou menor, dos tipos de designação usadas para os praticantes da religião e da veiculação dessas matérias em cada um dos jornais.

A proposta é discutir como o interventor, através de uma limpeza étnica e religiosa começou a perseguir grupos religiosos de matriz afrodescendente. No Recife, desde o começo da década de 30 essa perseguição aos terreiros de cultos africanos já era registrada nas páginas de alguns jornais da cidade. Contudo, na administração de Agamenon essa perseguição se acentuou sendo regulamentada por Decreto Estadual.

Isso ocorreu, sobretudo, porque uma das bandeiras do novo interventor era a redução dos índices de violência na cidade e a manutenção da ordem pública - o que, na sua visão, envolvia abrupta coerção a tudo que estivesse ligado à magia, feitiçaria e superstição. A polícia foi equipada e a Delegacia da Ordem Pública e Social foi criada com intuito de investigar diversos acontecimentos em que a ordem fosse desrespeitada. Nesse sentido, os jornais ocupavam um dos papéis centrais na política do interventor, pois seu poder de influência seria usado para opor a sociedade às religiões afrodescendentes.

A interventoria elegeu a Imprensa como veículo de propaganda, doutrinação e persuasão da ideologia estatal, instrumento imprescindível para a construção de um ideário político, acionando signos que contribuíssem para a configuração de um consenso social. A importância dada ao papel da Imprensa, de acordo com os modelos ditados pelos regimes autoritários, torna-se ponto de referência dos intelectuais ligados à administração de Agamenon Magalhães. (ALMEIDA, 2001, p. 25)

Além disso, a religião católica, mais influente no período, não viu com bons olhos seus adeptos à mercê de práticas que se distanciavam da beleza da religião

católica no seu realismo e na sua verdade. Surgia então, naquele período uma tríplice aliança contra os praticantes de religiões afrodescendentes: aquela formada pela Igreja Católica, o Estado e a imprensa. Os jornais foram inseridos nessa tática de convencer pela palavra, usar a notícia para falar diretamente com um público que pensa do mesmo modo e moldar outros para os acontecimentos descritos nas matérias – as quais na sua maioria, apresentavam um “espetáculo” desnecessário. Almeida (2001, pg. 24) argumenta que:

A legitimação do regime junto às massas efetuou-se por meio de um “pacto” entre a Igreja e o Estado, apoiado por um sistema de representações dentre as quais os valores católicos se faziam presentes. Nesta relação intrínseca entre o campo religioso e o campo do poder político, a ordem simbólica assegura e legitima a ordem imposta.

Por ordem simbólica entende-se uma série de elementos que estão presentes na sociedade e construídos conforme sua cultura. Onde se considera a cultura como um conjunto de manifestações, costumes, valores éticos e morais de uma sociedade. Portanto, tudo que envolve uma sociedade, faz parte de sua cultura. Neste sentido, “a implementação de ações de proteção do “patrimônio nacional” foi estratégica [...] para a construção de sentimentos de pertencimento a uma comunidade imaginada, [...] garantindo a permanência [...] de objetos monumentalizados” (CHUVA, 2009, p.30). Porém, em relação nesse sentido, à aceitação da cultura e das religiões de matriz africana, pode-se inferir que os poderes da igreja e do Estado promoveram uma ação sistemática de perseguição, para impedir que essa cultura religiosa afrodescendente se manifestasse e a imprensa será o canal, o instrumento ideológico utilizado para esse fim, como será visto a seguir.

Por fim, as considerações finais delimitam se os questionamentos realizados no início das pesquisas lograram seu êxito, e de que maneira esses questionamentos foram importantes para o andamento desse estudo. Demonstrando a importância de apurar, divulgar e revitalizar a história da cultura africana num país cuja as características principais é apaga-las.

2. RAÇA, CONTROLE SOCIAL E PODER.

O famoso filósofo Francis Bacon¹ em sua conhecida obra *Novum Organum*² disse que “saber é poder”. Com isso ele quis dizer que, quem detém acesso ao conhecimento também detém relações de poder bastante profundas. Entendendo as relações de poder como relações de força, mas também como relações de conhecimento, o exercício da ciência e do conhecimento também pode ser considerado um exercício de relações de poder, de dominação.

É partindo desse aspecto que se pode elencar um ponto fundamental, isto é, o de que todas as sociedades humanas elegem os seus conhecimentos considerados verdadeiros. Antes de considerar um conteúdo verdadeiro existe uma espécie de escolha na sociedade, pautada nos privilégios, nas formas de dominação de classe que determinam o que será tido como verdadeiro ou não. É o que se entende como regime de verdade ou regime de historicidade³. Esses regimes estão associados a conceitos que em determinadas épocas vão sendo produzidos, vão ganhando status de verdade – podendo perdê-lo ao longo do tempo. Pode-se provar isso entendendo o conceito de raça a partir de uma outra visão.

Podemos observar que o conceito de raça tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as teologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo a raça não existe, no imaginário e na representação coletiva de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir dessas diferenças fenotípicas com a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2004, p. 6)

1 Francis Bacon (1561-1626) foi um filósofo, político e ensaísta inglês. Recebeu os títulos de Visconde de Albans e Barão de Verulam. Foi importante na formulação de teorias que fundamentaram a ciência moderna. É considerado o pai do método experimental. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/francis_bacon/> Acessado em 26 de abril 2021.

2 BACON, F. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza*; Nova Atlântida. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

3 Regime de historicidade é uma categoria utilizada para designar formas específicas de experiência do tempo, nas quais existe a dominância de uma das instâncias temporais - passado, presente ou futuro - sobre as outras. Assim, a um contexto em que o passado é considerado dominante corresponderá um "regime de historicidade passadista", e assim por diante. Ver HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica. (2013)

Quando se analisa a história da população negra no Brasil, desde a sua chegada nestas terras como escravos, passando pelo período da abolição da escravatura até os tempos modernos é perceptível que esta história é manchada por discriminação, segregação, desconstrução cultural e estigmatização. Tal pensamento é corroborado por Florestan Fernandes (1972) quando esboça claramente o problema do negro e da escravidão, a passagem traumatizante do escravo para a condição de homem livre e de cidadão evidenciando que:

A abolição não afetou apenas a situação do escravo. Ela também afetou a situação do “homem de cor”. Na verdade, a abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. Saído do regime servil sem condições para se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial e à modernização, o homem de cor viu-se duplamente espoliado. (FERNANDES, 1972, p. 47)

O negro foi duplamente espoliado porque “primeiro, não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente” (FERNANDES, 1972, p. 47). Além do mais, para Munanga (1999) o negro ficou exposto a um mundo social que estava organizado para os segmentos mais privilegiados da sociedade. Nesse sentido, o negro se viu compelido a se identificar com o “branqueamento” psicossocial e moral, a aceitar a padronização e a uniformização: “eles se perdem como raça e como raça portadora de cultura”. (FERNANDES, 1972, p. 16). Isso é uma forma brutal de opressão, impostas aos negros egressos da senzala, num processo que já se configurou na negação de sua condição de ser humano pleno e o reduziu apenas, a condição de mão de obra, sobretudo escrava. Nesse processo, sua cultura, sua etnia foi negada e por conseguinte marginalizada e isso passa a ser mais um episódio da anulação desse segmento social ao subtrair-lhe a identidade.

Quando se analisa o aspecto racial no Brasil fica evidente a negação incisiva de que exista algum problema racial. A existência de preconceito e discriminação dessa natureza é analisada como uma espécie de pecado ou de comportamento vergonhoso. Ainda assim, fica claro que essa ideologia racial gerou dois níveis diferentes de percepção da realidade que estão ligados à cor e à raça. O primeiro nível é o manifesto, onde a igualdade racial e a democracia racial se anunciam, ou seja, se mostram de maneira explícita dando a entender que ambas existam. O segundo nível é denominado disfarçado. Nele o racismo opera além da

estratificação social, ou seja, ainda que o problema de raça exista, ele se declara de maneira mais leve, sorrateira e disfarçada.

É possível salientar que, após a abolição da escravidão e a implantação da República, a questão racial ainda prosseguiu associada à classe social, onde a elite branca dirigente, se apegando a lenda da existência de um mito de igualdade racial, entendeu que essa questão de raça teve seu desfecho nos processos abolicionistas e republicanos, ou seja, a questão já estava resolvida. Ainda que se aprecie o fato de que a consciência social da época não nutria a noção de direitos sociais tal como se acha produzida na contemporaneidade, é correto atestar que as relações entre negros e brancos não funcionavam para a democratização dos direitos e garantias sociais da população negra, ao contrário, davam ênfase à perpetuação das relações de dominação que reunia o poder nas mãos da elite branca.

Portanto, a ordem social e a ordem racial no contexto republicano se instituem dentro de bases desiguais. Enquanto a primeira respondia rapidamente às modificações econômicas, a segunda não assimilava essas influências. Desse modo, a população dirigente e rica branca se incluía nos fluxos de transformações históricas da nova ordem social, enquanto a população negra continuava estagnada e submetida aos velhos padrões de regulação.

Fernandes (1972) identifica que a desvalorização e a degradação do trabalho produzido pela escravidão impediram ou anularam a constituição de uma classe assalariada, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Com o ápice da crise do sistema escravista revelou-se que a área urbana tornara-se uma força vigorosa e autônoma, econômica e politicamente.

Nesse contexto, a população negra, cuja liberdade havia sido garantida num período muito recente, foi acometida de três modos diferentes: a crescente imigração europeia, a mudança das famílias brancas do interior para as cidades e um aumento cada vez maior de um setor assalariado compostos pelas pessoas pobres ou dependentes. Esses eventos absorveram as melhores oportunidades econômicas até nas áreas rurais, o que acelerou a crise na escravidão e transformou a população negra numa população marginal e subproletariada. Ou seja: as vítimas da escravidão foram vitimadas pela crise da produção.

A escravidão defraudou o negro de quase toda a sua herança cultural. Nesse sentido, todo o aparato cultural oriundo de sua origem africana precisou passar por uma “padronização e uniformização” branca. Os negros foram, portanto, esquecidos,

camuflados e em muitos casos, perdidos no tempo. Filtro da cultura branca dominante, que promove uma padronização e uniformização, que tritura e diluem a identidade desse segmento, num processo de anulação e exclusão permanente, em que seus valores e herança cultural foram esquecidos, camuflados e perdidos no tempo.

Na visão de Fernandes (1972), isso era distorcido pelo mito de democracia racial que imperava no Brasil, o qual pregava a existência de uma harmonia nas relações sociais, econômicas e políticas entre raças distintas. Quando se olha para o período denominado “Estado Novo”, essa camuflagem da cultura negra ainda era muito latente. É igualmente perceptível, ainda que o padrão de relação social construído pelo Brasil continua dominante, feito para uma sociedade escravista que mantém o negro sobre o domínio do branco. Enquanto esse padrão não for abolido a distância econômica, social, política e cultural entre negros e brancos continuará ascendente.

Assim, embora o sistema de castas tenha sido abolido legalmente, na prática o mundo branco continua a exercer um poder “impondo a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (WEBBER, 1984, p. 43), conferindo a si supremacia quase total e compelindo o negro à obediência e à submissão. O transforma num, “[...] determinado sujeito contrariado, forçado por meio de ameaças a fazer aquilo que de outro modo não faria [...]”, portanto, com plena ciência do seu estado de dominado (PERISSINOTTO, 2007, p. 317). Diante disso, fica claro que:

Como as fronteiras raciais não desapareceram no Brasil com a Abolição, é um erro supor-se que a supremacia do homem branco seja um dado histórico, um fato definitivamente superado com o desaparecimento da escravidão [...] As grandes crises e transições começaram e acabaram como revoluções de cima para baixo, sob a tutela ou o arbítrio do poder conservador, o poder supremo de raras minorias brancas. Por isso, a descolonização ainda está em processo. (FERNANDES, 1972, P. 260)

Bourdieu (2007) corrobora a existência desse poder na sociedade quando escreveu sobre um poder que é mobilizado por meio de relações coletivas, grupos e classes sociais, a que definiu como “poder simbólico”. Suas reflexões são organizadas numa estrutura que examina os sistemas simbólicos (arte, religião, língua) estruturados, produzidos como sistema de dominação. Com isso, o sociólogo francês tenta expor os mecanismos de poder e dominação que se propagam de modo invisível na dimensão simbólica da vida, por meio dos discursos e da

comunicação de maneira geral. Expressa, portanto, o poder das palavras, ou seja, ações. Em Bourdieu o poder necessita de cumplicidade entre dominador e dominado, exigindo que esse último desempenhe papel de agente no processo.

Bourdieu difere assim de Foucault (2011), para quem o poder tem um caráter mais fluido, disciplinador, sendo algo que mais se exerce do que se possui. De acordo com Foucault as relações sociais serão sempre relações de poder, pois elas não se encontram apenas entre o Estado e os cidadãos ou na divisa das diferentes classes sociais, mas se aprofundam no seio da sociedade, “ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos” (FOUCAULT, 2011, p.30).

O estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, as manobras, as táticas, as técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. (FOUCAULT, 2011, p. 29)

Assim, esse poder simbólico e disciplinador, só pode ser praticado com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos a ele ou mesmo que o exercem. Trata-se, portanto, de um tipo de manifestação de poder que somente pode ser posto em ação e efetivado com o envolvimento de entes que são sujeitados ou participam de sua produção – isto é, de modo relacional, seja qual for o polo da posição em que se manifestem os entes envolvidos, seja essa relação de tipo simétrica ou assimétrica. Esse poder seria praticamente invisível e se movimentaria por meio da comunicação, dos discursos, atuando como instrumento político para a sustentação das desigualdades sociais, do *status quo*.

Tomando como base essa visão de Bourdieu e Foucault, é possível então imaginar que na relação entre brancos e negros na sociedade exista um poder simbólico e disciplinador implícito, efetivado por meio dos discursos e ações que anulam a identidade cultural do povo afro-brasileiro e que esse processo de anulação permanente, manifesta em discursos e práticas e que legitima a dominação de uma raça sobre a outra. Tal poder está estruturado em todos os níveis da sociedade e sua influência impede da ascensão e igualdade do negro.

Lembrando que:

[...] os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as

fundamentam e contribuindo assim para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2007, p. 11)

Esse poder, tanto o simbólico como o disciplinador, sempre foi exercido pela classe branca dominante sobre os escravos negros, mesmo após livres. E continua operante, pois os egressos das senzalas foram jogados à própria sorte após o “fim” da escravidão, serviam apenas enquanto mão de obra produtora de riqueza. No entanto, com o fim da escravidão esse sistema perverso opera na ausência de políticas públicas de inclusão social e na própria negação dessa dívida social, que permanece e engrossam os bolsões de pobreza e amplia o fosso social, empurram essas pessoas para as favelas e periferias e omitem a exclusão social através de um discurso perverso e ao não considerar a necessidade de criação de mecanismos que promovam o empoderamento desse segmento, que permanece marginalizado na sociedade “branca”. Um exemplo, foram os debates sobre as cotas para negros nas universidades e de forma mais contundente a forma como são tratados pelos órgãos de controle, como a polícia. São aspectos que afetam em todos os sentidos o mundo do negro, seja na política, na religião ou cultura.

Na emissão de sua teoria sobre as novas formas de controle social, Foucault (2011) destaca a importância da “minúcia dos regulamentos”, do “olhar esmiuçante das inspeções” e do “controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” que estarão presentes, de forma cada vez mais radicalizada, na escola, no quartel, no hospital e na fábrica (FOUCAULT, 2011, p. 136). Vislumbra-se, desse modo, um poder mais comedido, contudo onipresente, que troca o brilho das manifestações vultosas de poder (os grandes rituais do poder – coroação, submissão dos súditos, ostentação das conquistas) “pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados”. O poder disciplinar se exerce “tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória”. Pois, na “disciplina, são os súditos que têm que ser vistos” (FOUCAULT, 2011, p. 170; p.179).

Esse poder disciplinador pode ser exercido em qualquer cenário, que pode ser um lugar onde as cenas se revelam, onde se forjam as relações de produção econômica material, e a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. É razoável dizer que esse poder está na vida cotidiana, introduzido quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. Ele encontra lugar de manifestação naquela noção de cotidiano ordenado, resumido naquilo que passa

quando nada parece passar. Tem um significado ambíguo próprio do que subitamente se instala na vida, do que nela irrompe como novidade, mas também do que nela flui ou desliza numa transitoriedade que não deixa grandes marcas de visibilidade.

Muitas das vezes esse mesmo poder, simbólico e disciplinar, que pode ser transmitido nas escolas e nos núcleos familiares, dentre outros campos, termina por se transmutar em uma violência simbólica, que é uma expressão arbitrária da realidade social. Bourdieu (2007) também traz à tona a ideia de campo, que em linhas gerais pode ser entendido como um espaço estruturado por posições sociais diferentes com regras próprias e autonomia relativamente a outros campos. Ou seja, o campo é um palco onde jogos de disputas acontecem, a exemplo dos campos religioso, científico e cultural. Ele abriga uma competição por legitimação, e ainda que os integrantes de determinado campo façam o maior esforço para afirmar e reafirmar sua legitimidade, isso não será suficiente porque para ser considerado legítimo é necessário conquistar credibilidade e desfrutar de certa reputação. Assim:

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá, àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. *Credere*, diz Benveniste, 'é literalmente colocar o *kred*, quer dizer a potência mágica, num ser de que se espera proteção, por conseguinte, crer nele'. O *kred*, o crédito, o carisma, esse não-sei-o-quê pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é o produto do *credo*, da crença da obediência, que parece produzir o *credo*, a crença, a obediência. (BOURDIEU, 2007, p. 188)

O interessante é que quando se olha para o campo étnico é conhecido que a legitimidade e a reputação do branco sobre as outras etnias não foram legitimadas, mas conquistadas à força. Da mesma maneira, quando se olha para o campo cultural, são perceptíveis as disputas internas para deslegitimar a cultura negra em todos os seus aspectos. Neste sentido, a luta pelo poder simbólico pode ser reconhecida tanto no empenho e na disputa dos grupos para ocupar "lugares de fala" como nos discursos pronunciados, que tendem a se contrapor aos sentidos dominantes e estabelecem outras redes de significação – o que torna o espaço midiático, ou a produção discursiva que circula através dos meios de comunicação, um lugar privilegiado de análise.

Só será possível a destituição do poder simbólico a partir da "tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e aniquilamento da crença" (BOURDIEU, 2007, p. 15). É necessário relembrar aos

sujeitos que existe, sim, uma conciliação. Porém, mais do que isso: é necessário designar que se trata de uma conciliação construída, e que essa rede de sentidos incorporados não existe desde sempre, mas foi estabelecida social e historicamente, podendo ser perfeitamente rebatida e até mesmo modificada.

Por isso, quando o branco diz que o negro não tem inteligência, que seu cabelo crespo não é bonito, que suas vestimentas e enfeites são extravagantes, que sua religião não condiz com valores religiosos estabelecidos e que seus deuses não devem ser adorados, ele acaba enquadrando-o num lugar social aceito e que responde a significados coletivamente compartilhados. Por isso é importante para o negro resistir e assumir o risco de construir uma ideologia que o afirma; impor-se sobre os ideais padronizados da cultura dominante, a fim de que a sua própria cultura não seja extinta.

Ao se opor em causa e ao exigir dos brancos o seu quinhão de liberdade e de igualdades efetivas na ordem estabelecida, o “negro” tomou a si o papel de paladino da democracia, num país em que as elites tradicionais e as novas classes em ascensão preocupavam-se, lutavam pelo poder político ou pelo poder econômico, sem se importarem com as deformações do regime republicano e com a criação de um verdadeiro estilo democrático de vida. (FERNANDES, 1972, p. 175)

Nesse sentido, a ânsia por lugares de fala mostra uma disputa pelo direito ao discurso legitimado. E por que os atores sociais desejam tanto adquirir o discurso? Porque quem tem a posse do discurso também tem a posse do poder – do poder simbólico, do “poder de constituir o dado pela enunciação”. Do poder “de fazer coisas com palavras”. Em outros sentidos, “a descrição faz as coisas” (BOURDIEU, 2007, p. 167). Descrever, classificar e dar nome a um fenômeno orienta o significado do próprio fenômeno e o traz à existência, uma existência não mais na dimensão do sensível, mas sim do inteligível. O poder – simbólico e disciplinar – é proveniente de “[...] eficientes processos de socialização geradores, no caso de Foucault, de almas disciplinadas e, no caso de Bourdieu, de agentes portadores de um habitus adequado à sua posição social” (PERISSINOTO, 2007, p. 318).

Não à toa o governo Vargas durante o Estado Novo quis manter o controle sobre os meios de comunicação: o fez para manter poder sobre o discurso, com isso exercer um controle mais intenso sobre a população, não dando espaço às oposições, a discursos de afirmação do segmento afro-brasileiro, o Estado Novo é o divisor de águas desse debate, que herda dos anos 20 com a busca da identidade nacional, com a semana de artes modernas em 1922.

. Manter o controle dos meios de comunicação era importante para o governo porque quem os detém tem o poder de disciplinar, de dar forma ao debate e construir uma nova ordem discursiva de embranquecimento da população e consequente anulação de todos os traços desviantes desse modelo branco de cultura. De fazer existir aquilo que não existe. Onde aquilo que é visto com frequência passa a existir, trata-se em suma do poder de instituir o que é ou não real, de induzir ao certo ou ao errado, assim como de atribuir uma conotação valorizando ou denegrindo algo.

3. A IMPRENSA NO ESTADO NOVO E O CONTROLE SOCIAL

Poucas fases da história do Brasil produziram um legado tão extenso e duradouro como o Estado Novo. Em função das transformações ocorridas no país, o período tornou-se referência obrigatória quando se trata de refletir sobre estruturas, atores e instituições presentes no Brasil de hoje. Do mesmo modo, a década de 30 é considerada para grande parte dos historiadores da imprensa como um período de consolidação da imprensa burguesa. Para Sodré (1999, p. 371), “o terceiro decênio do século foi de grande desenvolvimento da imprensa, particularmente no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial”.

De acordo com Seabra (2002), essa é em função do estilo, um período de afirmação do jornalismo “informativo-utilitário”, que se inicia na década de vinte. O catalisador dessa mudança na imprensa - não somente brasileira, mas mundial - foi a Primeira Grande Guerra. Começa a se sobressair drasticamente no Brasil, a partir dos anos vinte, um jornalismo em moldes empresariais que já existia desde final o século XIX. Ele cresce no espaço deixado pelo desaparecimento de um segundo tipo de imprensa que circulava no espaço urbano, formado por periódicos de caráter artesanal, feitos em baixas tiragens, e de vida efêmera. Esse modelo durou criticamente ao longo dessa década, em geral como forma de atender injunções originadas da luta política.

A “Imprensa Burguesa”, segundo Sodré (1999), tinha um público muito direto e específico: a pequena burguesia urbana. Segundo o autor, as relações entre o emissor e o receptor eram de interdependência, uma vez que “esse público influenciava nos jornais e era influenciado pelos jornais; e essa relação, na época, não era perturbada pelas forças econômicas que, mais adiante, tanto pesariam na orientação dos periódicos” (SODRÉ, 1999, p. 356).

Havia, então, nitidamente um descompasso entre os avanços técnicos e os novos procedimentos profissionais na imprensa. Isso refletia diretamente na compreensão do ofício do jornalista, que ainda era visto como uma atividade-meio. Encarado por muitos como um trabalho extra, os níveis de profissionalização dos jornalistas eram baixíssimos e a regulamentação da profissão só viria a ser estabelecida pelo decreto-lei nº. 910 de 1937.

Portanto, o jornalismo não era, a época, uma profissão. Mesmo assim, os jornais começaram a ser vistos como um investimento lucrativo e atraente, com a

propaganda privada respondendo por boa parte da receita desses veículos, “substituindo a concepção anterior de um jornalismo, associado ao risco inevitável e ao partidarismo” (RIBEIRO, 1994, pg. 32).

O jornal passou a ser um investimento que não produzia não apenas resultados econômicos, mas que significava cada vez mais a participação da sociedade, fosse em concursos de contos ou poesias, que tinha frequentemente contavam com a participação de intelectuais e literários da época, fosse através de novas seções como as de moda, esportes, e colunas sociais. Destaca-se também a iniciativa de enviar jornalistas para fazer coberturas internacionais. No entanto, os grandes jornais brasileiros, nesse momento sempre ligados a grupos familiares, ainda dedicavam um espaço bastante tímido à análise política em comparação com o que era publicado sobre crimes, tragédias, ou, em menor número, sobre banditismo. Essas características também eram observadas nos jornais pernambucanos, muito semelhantes aos jornais estrangeiros.

De modo geral, a consolidação da imprensa no Brasil e em Pernambuco foi marcada tanto pelo surgimento de inúmeros jornais, como pelo desaparecimento de vários outros, especialmente em virtude de conjunturas políticas antidemocráticas, que colocavam fim a produções contrárias à ideologia dos líderes do poder. O jornalismo, que se tornou uma iniciativa empresarial de grande porte, exigindo altos investimentos para sua sobrevivência mercadológica.

O caráter opinativo, cultivado desde o surgimento desse tipo de publicação para fidelização política e ideológica do leitor, começou a ceder lugar ao viés informativo. Segundo Barbosa (2007), a partir da década de 30 no século XX, emerge uma nova característica no discurso jornalístico: a fala do Estado ganha cada vez mais ampliação e o leitor começa a ser silenciado dos jornais. Os anúncios, declarações e pronunciamentos do governo eram colocados em destaque, sendo considerados, inclusive, como a palavra final de certa demanda, a versão “verdadeira” de um acontecimento. Enquanto isso, espaços destinados a cartas dos leitores eram deixados de lado, ou, se existiam, eram diminuídos em seu espaço.

Para Bourdieu (2007) as relações de comunicação são sempre relações de poder em que os agentes envolvidos visam aumentar o seu poder simbólico.

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de

força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (BOURDIEU, 2007, p.11)

Na realidade, durante o Estado Novo — o regime autoritário implantado com o golpe de novembro de 1937 —, Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando pelas armas, assumiu a presidência da República. Com a instalação de um governo constitucional o clima político do país radicalizou-se. Dois importantes movimentos de massas, com conotações ideológicas bem distintas, mobilizaram a população: a Ação Integralista Brasileira (AIB), nacionalista e antiliberal, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) nitidamente de oposição a Vargas e que congregava socialistas, comunistas, católicos progressistas e nacionalistas.

Diversos levantes ocorridos no Brasil afora fizeram que o governo intensificasse e aprimorasse mecanismos de repressão e de controle na sociedade. Abrindo mão de suas prerrogativas, o Legislativo aprovou medidas que implicaram o fortalecimento do Executivo e conduziram a um gradativo fechamento do regime. A escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de 10 de novembro de 1937, dando origem ao Estado Novo.

Segundo Pandolfi (1999), com a implantação do Estado Novo Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime e a repressão policial instalou-se por toda parte.

Para Garcia (2002), o Estado Novo constituiu um momento político em que se retomou o processo iniciado com a revolução de 30⁴ com a instauração e desenvolvimento das instituições necessárias ao equilíbrio das diversas forças políticas, necessárias para a rearticulação desse sistema opressor. Segundo o autor, o aparelhamento do Estado produziu reformas consistentes e melhora nos níveis e econômicos.

4 O movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República (1889-1930) originou-se da união entre os políticos e tenentes que foram derrotados nas eleições de 1930 e decidiram pôr fim ao sistema oligárquico através das armas. Após dois meses de articulações políticas nas principais capitais do país e de preparativos militares, o movimento eclodiu simultaneamente no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, na tarde do dia 3 de outubro. Em menos de um mês a revolução já era vitoriosa em quase todo o país, restando apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará ainda sob controle do governo federal. Finalmente, um grupo de militares exigiu a renúncia do presidente Washington Luís e pouco depois entregou o poder a Getúlio Vargas. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>> Acessado em 10 jul. 2021.

Para fortalecer mais ainda este controle estatal Vargas cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com função era administrar qualquer tipo de veículo propagandístico em benefício do governo. O DIP foi fundamental para o Estado Novo de Vargas, trabalhando em torno da forte censura e repressão a todos os meios de comunicação. Informação é poder - e por esse motivo os meios de comunicação receberam total atenção por meio de uma censura prévia. O domínio dos meios de comunicação era fundamental para o governo, que permitiria a circulação somente daquilo que fosse importante para a sua manutenção. Mais uma vez o poder simbólico estava nas mãos dos brancos e para os brancos. Naquele momento de constituição das bases da “nova” nação, era preciso se apropriar dos canais de controle dos discursos.

De forma variável, a intervenção estatal foi experimentada em outras regiões do Brasil. A figura do interventor foi abruptamente reforçada pelo governo central, cujo representante era escolhido pessoalmente para governar os estados. Executava-se assim a centralização do poder político, uma característica fortemente marcada do novo governo.

Em Pernambuco, o interventor escolhido foi Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães⁵, que era Ministro do Trabalho e Fazenda. Magalhães ocupou o cargo em dezembro de 1937 e logo o seu governo seria considerado um modelo de intervenção. Ele buscou modernizar a capital remodelando o centro antigo e combatendo os mocambos nele existentes por meio do Serviço Social contra

5 Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu no município de Vila Bela, atual Serra Talhada (PE), em 1893. Em 1923 elegeu-se deputado federal e quatro anos depois renovou seu mandato. Nos primeiros anos do governo Vargas, foi um dos articuladores do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco e nessa legenda elegeu-se deputado federal constituinte em 1933. Teve atuação destacada nos trabalhos de elaboração da nova Constituição, quando fez a defesa do sistema parlamentarista de governo e do intervencionismo estatal na economia. Em janeiro de 1937, passou a acumular com o Ministério do Trabalho, interinamente, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde permaneceu até o mês de junho. Nesse momento deixou o Ministério do Trabalho para tornar-se interventor federal no estado de Pernambuco, em substituição ao governador Carlos de Lima Cavalcanti, seu antigo aliado, a quem acusara de conivência com o levante comunista deflagrado em novembro de 1935 em Recife por membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL). À frente do governo pernambucano, implementou políticas de estímulo à produção de alimentos e à formação de cooperativas de pequenos produtores. Criou, ainda, a Liga Social contra o Mocambo, órgão encarregado de enfrentar o problema de moradia da população de baixa renda. Deixou o governo de Pernambuco em março de 1945, quando foi reconduzido por Vargas ao Ministério da Justiça, passando então a coordenar o projeto governamental de redemocratização do país. Disponível em

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes>. Acessado em 11 abr. 2021

Mocambo⁶. Consequentemente os terreiros das religiões afro-brasileiras que se concentravam na região central da cidade foram expurgados para regiões periféricas.

Deflagrando um cerrado combate à oposição, inclusive às antigas forças situacionistas as quais foram completamente marginalizadas de todos os centros de poder, especialmente com a readequação do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/PE. Por ser um católico fervoroso e mariano, Agamenon recrutou para as secretarias do seu governo pessoas da cúpula da Igreja Católica. Sua linha de pensamento visava estimular uma maior participação dos católicos na vida religiosa e combatendo ideais pagãos.

Diferentemente do antigo governador do estado, Carlos de Lima Cavalcanti, para quem as diversas secretarias de estado deveriam primar pelo seu caráter administrativo, reforçando por assim dizer o aspecto mais “técnico” e, portanto, menos “político”, Agamenon Magalhães defende a tese de que tais órgãos têm função estritamente política. As secretarias deveriam, portanto, ser ocupadas por personalidades políticas locais, afinadas ideologicamente com o novo sistema e não por “técnicos vindos de fora”. (PANDOLFI, 1984, p. 48)

Segundo descreve Pandolfi (1984), a máquina administrativa pernambucana tornou-se autoritária, repressiva e excessivamente voltada para a doutrinação político-ideológica da população. Com efeito, a divulgação das obras e realizações do Estado Novo em Pernambuco foi considerada pelo governo federal um exemplo para os demais estados.

Sob essa visão, a questão política foi levada também para outros setores da sociedade. Tendo como guia as propostas nacionais de controle aos meios de comunicação, o Estado Novo em Pernambuco reforçou o controle ao rádio, jornais, revistas e cinemas como uma ferramenta política. O objetivo dessa fiscalização era

6 O serviço Social contra Mocambo foi um órgão criado pelo Estado intervencionista para promover a “limpeza” do Recife, empurrando para as periferias os bolsões de pobreza e os espaços de domínio dos negros egressos das senzalas que ali habitavam. No processo civilizatório pensado pelo governo Vargas, tinha a política de embranquecimento dos negros; conversão ao cristianismo com o combate aos cultos religiosos de matriz africana e do combate ao que chamavam de seitas satânicas, daí a invasão dos terreiros de candomblé no Recife, com a destruição de seus pertences e prisão dos líderes religiosos e fichamento no DOPS dos frequentadores, como forma de combater e eliminar a existência de tais espaços de empoderamento da religião e cultura afro-brasileira, associado ainda a campanha sanitária, limpeza do espaço urbano e a educação que foi equipada para “criar” o novo homem, limpo, ordeiro e civilizado. A criação das vilas operárias no Recife vem desse período.

não só exercer sobre eles um rígido controle e censura, mas também permitir a propagação dos discursos oficiais e de combate aos seus adversários.

Assim, apenas o controle e repressão aos meios de comunicação não eram considerados eficazes. Era necessário inocular uma posição doutrinária e propagandística do regime nos principais canais que fundamentassem a legitimação popular. O próprio Agamenon Magalhães reconhecia a necessidade de esses veículos atuarem como formadores de opinião. Para Souza Neto (2003), “a política pernambucana seguia o mesmo tom da nacional, talvez porque Agamenon fora, ele mesmo, um dos seus criadores”.

Os jornais foram amplamente utilizados para dar voz à interventoria estadual e aos seus desígnios. Nesse sentido, para mostrar a população que o estado estava fazendo um “bom trabalho” na área de segurança reportagens eram veiculadas diariamente. A grande maioria delas apresentava o negro como infrator e as práticas de sua religião como algo que deturpava a sociedade e os bons costumes vigentes.

O aparelho propagandístico do Estado Novo em Pernambuco teve sua força maximizada com a Associação de Imprensa do estado, sob a presidência do jornalista José Campello. A associação configurou-se como um tentáculo não-voluntarioso do governo, sendo favorecida por um apoio a profissionalização do ofício e sendo condescendente com eventuais censuras e intervenções em suas publicações. José Campello, inclusive, deve ser citado não apenas por sua gestão a frente da AIP, mas também por sua atuação como redator-chefe do periódico Folha da Manhã e seu posicionamento político antisemita e nacionalista declarado. (ARRUDA, 2014, p. 3)

Isso demonstra claramente que o governo utilizava a imprensa, bem como aqueles que nela trabalhavam e cujo posicionamento era o mesmo da interventoria estadual para executar uma perseguição velada a pessoas que seguiam determinado posicionamento religioso e que eram marginalizados, ora pela pobreza, ora pelo seu credo religioso.

4. PERSEGUIÇÃO ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO RECIFE DURANTE O ESTADO NOVO.

Durante o período intervencionista conhecido como Estado Novo, a interventoria elegeu, na visão de Almeida (2001), os marginalizados da sociedade (os pobres, os trabalhadores da economia informal e os umbandistas) como heresias a serem extirpadas da sociedade na cidade do Recife.

É importante lembrar que as restrições à prática de religiões de origem africana no Brasil não se iniciaram a partir da implantação do Estado Novo. Porém foi nessa época que o Estado exerceu uma ação mais controladora a essas formas de manifestações religiosas. Esses grupos, desde 1930, para poderem funcionar, eram obrigados a solicitar registro especial dos departamentos de polícia local. (CAMPOS, 1999, p. 67)

Nesse sentido, as metas intervencionistas convergiam rumo à erradicação do velho e do obsoleto, equiparando Recife à metrópole da época, o Rio de Janeiro, através de um projeto de remodelação e modernização da cidade, via saneamento, higienização e embelezamento. Esse projeto de modernização esteve diariamente presente nas páginas jornalísticas, sob a forma de crônicas e notícias do cotidiano urbano, as quais impeliam o leitor a desejar a mudança e a tomar parte nesse processo que remodelava a cidade e forjava novos hábitos e costumes.

Nesse sentido, os periódicos que estavam constantemente presentes na vida dos abonados e no cotidiano da cidade, configuravam-se simultaneamente como modelo de informação e como arma de manobra daqueles que exerciam influência política ou econômica. A informação se tornava, assim, um modelo para impor às massas notícias que interessassem aos meios dominantes e às famílias proprietárias desses jornais. Nesse contexto, o governo interventor escolheu um grupo pobre e de cor para figurar diariamente nas páginas dos jornais e desempenhar o papel de “bode expiatório” da vez.

Em razão da imensa quantidade de jornais em circulação no período, não seria possível pesquisar a totalidade de jornais publicados na cidade do Recife. Por isso o enfoque desse trabalho será dado sobre dois jornais: o Diário de Pernambuco e o Diário da Manhã. Trata-se de publicações que ora posicionavam-se favoráveis ao governo, ora contrárias, mas cujas publicações possuíam características relevantes conforme se analisará a seguir.

O jornal Diário de Pernambuco, fundado em sete de novembro de 1825 por Antonio José de Miranda Falcão, é considerado o jornal mais antigo em circulação

na América Latina. Com formato simples de folha de anúncios de quatro páginas, foi somente na década de 30 do século XX que o jornal passou por mudanças significativas, no escopo de sua diagramação e em sua propriedade. A família Lira, dona do Diário na época, vendeu o jornal à associação Diários Associados, de forma que sua administração ficou a cargo de Assis Chateaubriand. Sob essa nova direção, houve um aumento do número de colaboradores e da qualidade do que era escrito. Destaca-se que o jornal já possuía características e modelo de diagramação observados em outros periódicos dentro e fora do país.

Quando essas modificações no Diário de Pernambuco ocorreram os jornais pernambucanos já vinham sofrendo censura por parte do secretário de segurança pública do estado, o que se acentuou com o advento do período intervencionista. Conseqüentemente, as críticas ao governo antes acentuadas nas publicações dos periódicos, foram suavizadas ou passaram a mal existir. É importante ressaltar, neste ponto, que o governo injetava recursos financeiros nos jornais por meio de suas propagandas.

Por diversas vezes o Diário Associados, reiterou pedidos ao governo intervencionista para que o seu grupo de jornais pudesse ter artigos de autoria de Getúlio Vargas reproduzidos em suas páginas. Pedidos que foram todos negados.

Os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, fizeram reiterados pedidos ao interventor para terem exclusividade sobre seus artigos, alegando que os mesmos poderiam, por meio de divulgação feita pela rede de seus jornais, alcançar uma massa considerável e selecionada de leitores nas principais cidades brasileiras. Na tentativa de persuadir Agamenon Magalhães a ceder o copyright, Chateaubriand telegrafou várias vezes ao interventor, lamentando que seus "maravilhosos artigos" não estivessem tendo a divulgação merecida. Teceu intrigas, acusando os amigos de Agamenon Magalhães de não fazerem a divulgação dos mesmos. (ALMEIDA, 2001, p. 167)

Segundo Almeida (2001) os pedidos nunca foram aceitos, possivelmente por influência de Agamenon, que via no jornal um opositor aos ideais pregados pela nova administração e sua concepção da notícia como persuasora diária e formadora de opinião.

O jornal Diário da Manhã por sua vez, foi fundado em 16 de abril de 1927 sob propriedade da firma Lima Cavalcanti e Cia, cuja administração coube a Carlos de Lima Cavalcanti. Segundo Nascimento (1967) o jornal surgiu com 24 páginas em formato grande e de excelente aspecto material. Posteriormente o Diário da Manhã passou a circular com oito páginas durante a semana e dezesseis aos domingos,

repleto de diversas colunas consideradas interessantes para o leitor. Segundo Nascimento (1967), nos primeiros números o jornal atacava a administração estadual e o governo federal, expondo matérias que iam de encontro a essa administração.

Tal posicionamento político fez com que seus redatores fossem chamados com frequência à chefatura da polícia. Com efeito, o Diário da Manhã por muitas vezes incluía em suas páginas algumas matérias se contrapondo ao governo e aos seus ideais; não vigorava a ideia de isenção jornalística, que pode ser percebida nos dias atuais. Pelo contrário, se algum tema fosse do interesse dos donos do jornal, eles usariam sem nenhum pudor as páginas do Diário da Manhã para defendê-lo ou simplesmente contradizê-lo.

Nascimento (1967), ainda comenta que o jornal se tornou órgão oficial do governo quando estourou a Revolução de 30, momento em que Carlos de Lima Cavalcanti foi erguido à posição de governador provisório e logo em seguida, interventor. Nesse período o Diário da Manhã começou campanha contra Assis Chateaubriand e ao Diário de Pernambuco por atacarem a política social do governo do estado e os erros da revolução, através de uma série de artigos de Candido Marinho.

A partir do ano de 1973 Gilberto Osório de Andrade assumiu a função de redator, mesmo ano em que o Diário da Manhã ocupou-se de defender Carlos de Lima Cavalcanti, que fora denunciado no Tribunal de Segurança Nacional sob acusação de estar comprometido com o movimento comunista. Ainda nesse ano, Carlos de Lima Cavalcanti rompeu com o ministro da Justiça Agamenon Magalhães, contra quem o Diário da Manhã fez dura campanha jornalística.

Com o desencadeamento de um novo regime e a ascensão de Agamenon Magalhães como interventor estadual, o matutino também sofreu duro revés em sua administração. Carlos de Lima Cavalcanti foi destituído do cargo de interventor e foi enviado para os Estados Unidos como embaixador. O jornal passou as mãos do novo governo Intervencionista.

Em Pernambuco, o interventor efetuou esta censura até as últimas consequências. A perseguição contra Carlos de Lima Cavalcanti, dono dos jornais Diário da Manhã e Diário da Tarde, antecessor de Agamenon Magalhães no governo do Estado (1930-1937), tinha sempre a justificativa de que o mesmo não deveria voltar a dirigir seus jornais, pois de alguma forma “tentaria” fazer oposição ao governo. Em carta ao palácio do Catete, negando os pedidos para que Lima Cavalcanti retornasse ao Recife, o interventor esclareceu que o mesmo poderia voltar, desde que se

restringisse a cuidar dos negócios referentes à Usina Santa Teresa, de sua propriedade, uma vez que isto era “atividade útil e pacífica. Para este trabalho, todas as portas estarão abertas e todas as garantias lhe serão asseguradas”. Quanto a labutar na imprensa, Agamenon mantinha uma posição inflexível e enfática: negava qualquer possibilidade, observando sempre ser inexplicável e até certo ponto suspeita a circulação de jornais que pertencessem a indivíduos contrários a ideologia do governo. (ALMEIDA, 2001, p. 174)

4.1 Páginas manchadas de preconceito

Quando se deseja atacar alguém nada melhor do que conhecer seu ponto fraco. Quando esse ponto fraco não é conhecido, tornar-se preciso procurar mecanismos e meios para acessar esse elemento mais sensível. Assim aconteceu com as religiões de matriz africana durante o período conhecido como Estado Novo. O governo interventor usou dos marcos “legais” para cercear a opção de culto. Esses marcos legais são essenciais para a execução do controle social; entre eles está o Código Penal de 1890. Lá, em seu Capítulo III, intitulado Dos Crimes Contra a Saúde Pública, encontramos os seguintes artigos:

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos: Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000. Paragrapho unico. Pelos abusos commettidos no exercicio ilegal da medicina em geral, os seus autores soffrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000. § 1º Si por influencia, ou em consequencia de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporaria ou permanente, das faculdades psychicas: Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000. § 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação, incorrerá o medico que directamente praticar qualquer dos actos acima referidos, ou assumir a responsabilidade delles.

Art. 158. Ministrarr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórmula preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro: Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000. Paragrapho unico. Si o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporaria ou permanente de suas faculdades psychicas ou funcções physiologicas, deformidade, ou inhabilitação do exercicio de orgão ou aparelho organico, ou, em summa, alguma enfermidade: Penas - de prisão cellular por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000. Si resultar a morte: Pena - de prisão cellular por seis a vinte e quatro annos.

Art. 159. Expôr á venda, ou ministrar, substancias venenosas, sem legitima autorizaçãõ e sem as formalidades prescriptas nos regulamentos sanitarios: Pena - de multa de 200\$ a 500\$000.
 Art. 163. Alterar, ou falsificar, substancias destinadas á publica alimentaçãõ, alimentos e bebidas: Penas - de prisãõ cellular por tres mezes a um anno e multa de 100\$ a 200\$000. (BRASIL, 1890)

Maggie (1992) identifica o decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 como a origem de uma repressão mais institucionalizada aos cultos de matriz africana: “[...] a República, ao instituir os artigos 156, 157 e 158 do Código Penal, criou mecanismos reguladores das acusações a produtores de malefícios.” (MAGGIE, 1992, p. 39). Assim, é fácil compreender como o Estado dá início a um envolvimento em temas que não eram de sua alçada:

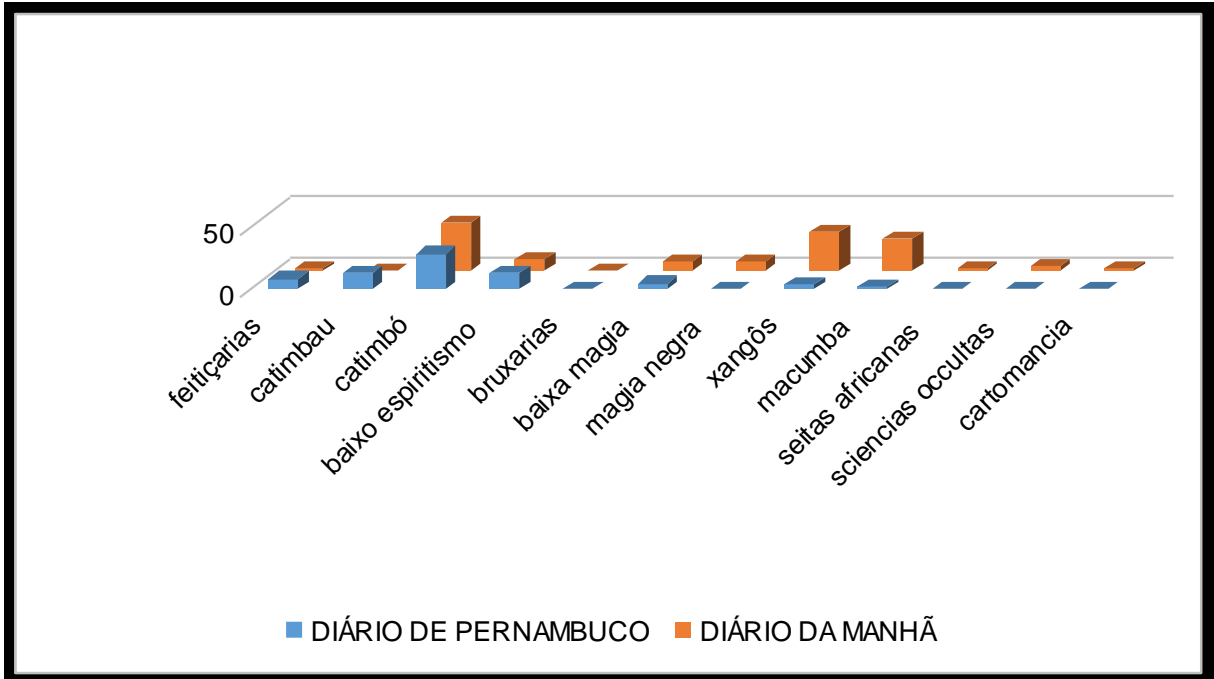
O estado imiscuiu-se, dessa forma, nos assuntos da magia e interveio no combate aos feiticeiros regulando acusações, criando juízos especiais e pessoal especializado. À medida que os anos se passavam, instituições iam sendo criadas na polícia para regular o combate, identificar e punir os produtores de malefícios. Essa função do Estado permanece até hoje, mas de 1890 a 1940, com a introdução de uma mudança importante no Código Penal, o aparato jurídico se institucionalizou e passou a ser usado com mais intensidade como instrumento de combate aos feiticeiros. (MAGGIE, 1992, p.23)

As mudanças que ocorreram na legislação produziram um impacto profundo nos cultos de matriz afro-brasileira. A repressão atingiu os terreiros, muitas casas onde as reuniões eram praticadas foram fechadas, suas práticas foram criminalizadas e representadas como atividades ilegais de curandeirismo e charlatanismo que ocorriam em locais propícios ao desencadeamento de transtornos psíquicos.

Essa repressão atingiu um novo ápice ao figurar nas páginas jornalísticas. Tal divulgação tinha o objetivo de deixar toda a população ciente do quão perigosos eram esses indivíduos e do quanto a polícia e o governo estavam trabalhando arduamente para os retirar do seio da sociedade. Quando se analisa as reportagens veiculadas durante o período do Estado Novo aqui em Pernambuco, tanto no Diário de Pernambuco como no Diário da Manhã, percebe-se que comumente há uma repetição de palavras do tipo “macumbeiro”, “feiticeiro”, “ladrão”, “xangôzeiro”, “exploradores”, “catimbó”, “baixo espiritismo” e “magia”. Quando esses números são demonstrados por meio de gráficos percebe-se nitidamente a dimensão que essas palavras tomavam no noticiário diário desses jornais. Os

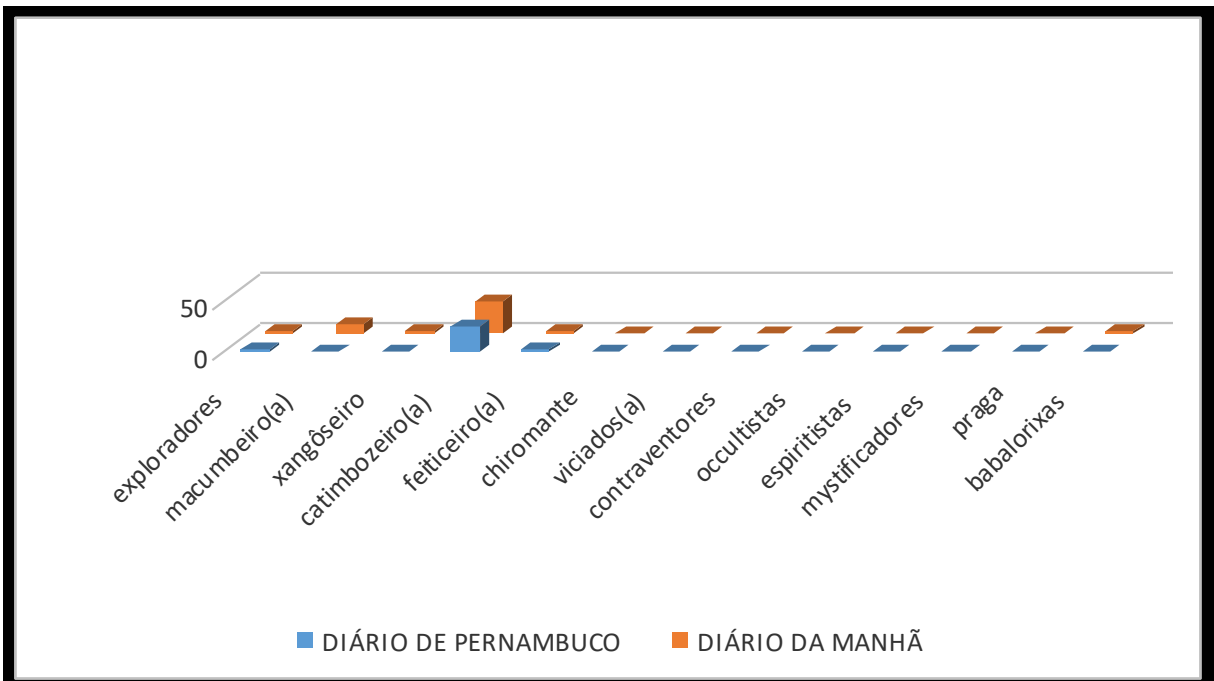
leitores eram influenciados por meio da palavra, ludibriados por meio dos textos que disseminava ódio.

GRÁFICO 1 – Termos mais utilizados pelos jornais para designar às religiões de matriz africana



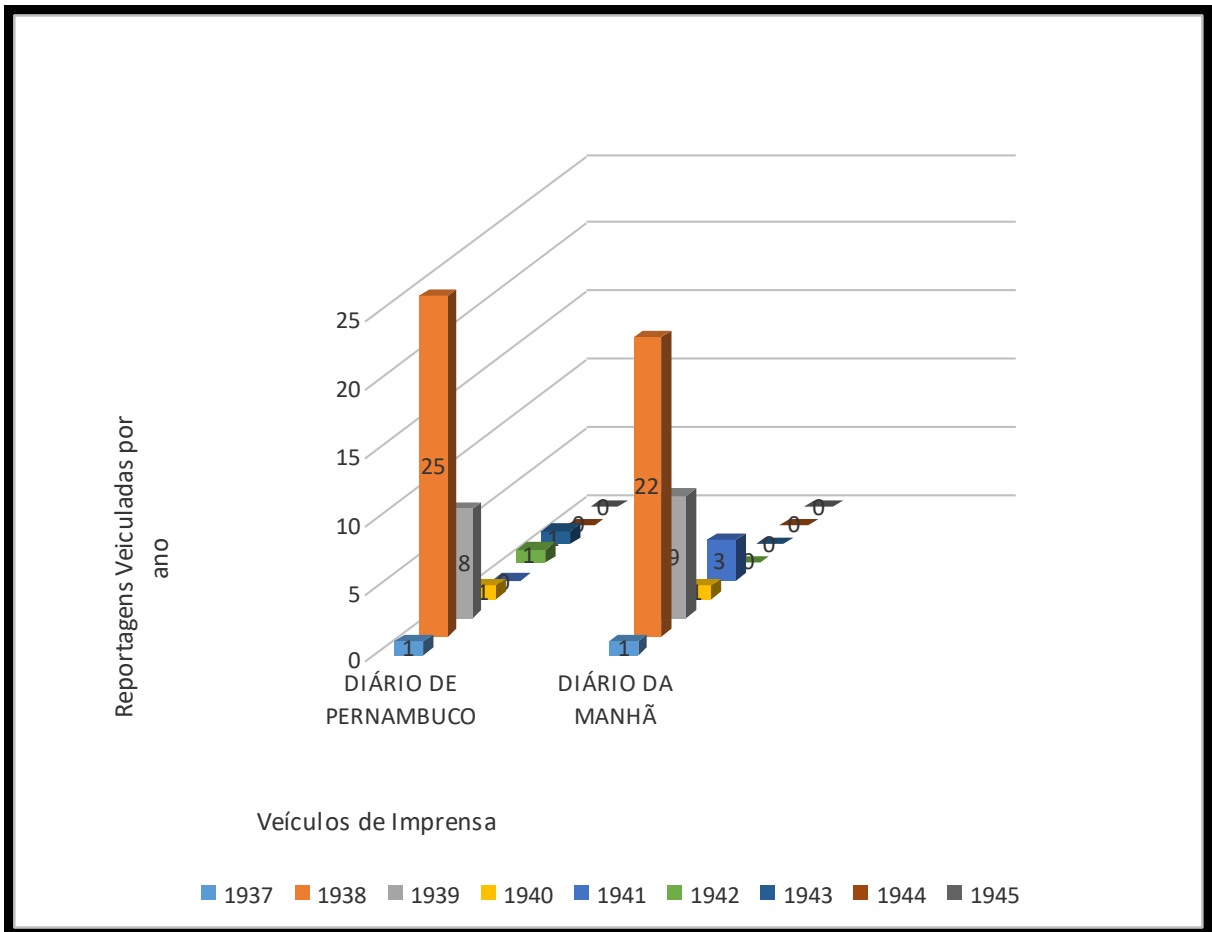
Fonte: o autor (2021)

GRÁFICO 2 – Palavras mais utilizadas pelos jornais para designar os praticantes das religiões de matriz africana



Fonte: o autor (2021)

GRÁFICO 3 - Reportagens veiculadas por ano por veículo de imprensa



Fonte: o autor (2021)

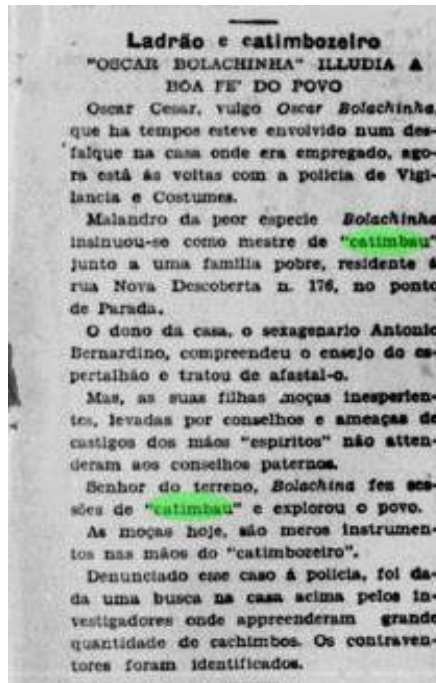
De acordo com o gráfico acima, os anos iniciais em que o interventor ascendeu ao cargo foram os anos em que a produção de textos nos jornais denegrindo às religiões de matriz africana mais se acentuaram. Demonstrando assim, que o projeto do governo em corroborar à sociedade que estava trabalhando para sanar a cidade de tudo aquilo que tirava a sua beleza estava funcionando.

Goebbels⁷ certa vez disse que “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”. Aparentemente era essa a ideia do governo ao estimular, promover e patrocinar notícias jornalísticas difamando determinados seguimentos da sociedade, tal repetição de uma inverdade cria a ilusão de verdade sobre determinados fatos, algo que já foi provado pela psicologia. Quando se analisa os textos jornalísticos, percebe-se uma ênfase no trabalho praticado pelos agentes que executavam as prisões e apreensões de objetos do culto, muitas vezes elogiando o serviço

7 Paul Joseph Goebbels foi o Ministro da Propaganda de Adolf Hitler na Alemanha Nazista, exercendo severo controle sobre as instituições educacionais e os meios de comunicação.

realizado e uma degradação daqueles que foram presos, do ambiente onde os cultos eram praticados e dos objetos apreendidos.

FIGURA 1: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05 DE MARÇO DE 1939, PÁGINA 5 ED. 99



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na figura acima, a reportagem tenta inserir na cabeça do leitor que existe uma relação entre o ato de roubar e o de ser praticante de "catimbau". Tentando corroborar a ideia de que todos que a praticam são ladrões e ludibriadores da boa fé da população. De um modo geral, era essa a imagem que os textos jornalísticos desejavam que o leitor vislumbrasse naqueles que praticam tais religiões.

FIGURA 2: DIÁRIO DA MANHÃ, 06 DE JULHO DE 1938, PÁGINA 5.



Fonte: Hemeroteca Digital da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE)

Nessa outra figura, o texto jornalístico dá extrema importância às medidas adotadas pelo delegado da delegacia de Investigações e Capturas e ao secretário de Segurança pública por empreender “um enérgico serviço de repressão ao catimbó” além de prender a “famigerada catimboseira”.

Essas reportagens eram geralmente veiculadas em colunas na parte interna do jornal. No Diário de Pernambuco, as notícias eram estampadas na seção “Factos Diversos”. Além das reportagens sobre as apreensões policiais, essa seção também publicava reportagens sobre o cotidiano da sociedade e acerca de fatos corriqueiros que aconteciam no dia a dia. Compunham-se geralmente pequenos textos ou reportagens completas com título chamativo, ou em alguns casos chamadas até na primeira página, artifício utilizado para capturar a atenção do leitor.

FIGURA 3: SEÇÃO FACTOS DIVERSOS, DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04 DE FEVEREIRO DE 1938

prof. Joaquim Amazonas, escriptor boulandezes da Varzea.

FACTOS DIVERSOS

MORREU AFOGADO NO CAPIBARIBE
 Hontem, á tarde, um pescador de identidade desconhecida exercia a sua actividade no caes proximo ao edificio da Policia Maritima, quando, em dado momento, caiu nagua e desapareceu.
 Dado o alarme, maritheiros dessa instituicao e outras pessoas com o auxilio de botes iniciaram um serviço de socorro ao infeliz pescador que foi encontrado minutos depois, já morto.
 A Assistencia, contudo, foi chamada ao local, tendo o dr. Parente Vianna registrado o obito.
 O cadaver está no Necroterio Publico para o exame do medico legista.

VICTIMA DE UM DESASTRE EM ARIPIBU'
 Procedente de Aripibu', onde reside, chegou, hontem, á tarde, na Estação Central, com destizo ao Prompto Socorro o menor Amaro de Souza, com ferimento contuso na perna, em consequencia de um desastre.
 Transportado em ambulancia para o Prompto Socorro, lá ficou o doente.

MORDIDA POR UM CAO
 Maria Annunciada, residente á avenida José Rufino, de profissão domestica, ante-hontem á noite, foi mordida por um cão.
 Com os ferimentos a sangrar, Maria Annunciada compareceu ao Prompto Socorro.

FRACTUROU A ARTICULAÇÃO
 Em sua residencia, á rua de São Benedicto, n. 339, em Beberibe, o menino Adyosan da Costa Maia, de 7 annos soffreu hontem ás 9 horas, um desastre.
 Com fractura da articulacao escapulo-humeral direita, chegou o meni-

va, vulgo "Soverino Grande", a cumprir a pena de 3 meses e 15 dias de prisão, por crime de atropelamento.
 Solicitada a sua prisão, a policia effectuou ante-hontem e o recolheu á cadeia publica.

FOI EMBOSCADO
 Quando se dirigia para sua residencia, o sr. Antonio Bezerra da Silva, tambem conhecido por "Antonio Badoque", ao passar pelo logar Tanque de Escada, no municipio de Verentes, recebeu um tiro de emboscada.
 O criminoso continua desconhecido.

OBJECTOS APREENDIDOS PELA POLICIA
 A Secção de Investigações e Capturas apreendeu em poder do sr. Eurico Rocha, chiromante nesta cidade, uma colleccao de livros de catimbó e magia, bem como um fichario relativo aos seus clientes.
 O sr. Eurico cobrava de seus clientes 200\$000 por cada consulta, além de 50\$000 por cada talismã, que, segundo suas affirmações, era portador de felicidades e immunizador de maleficios.

Ultimas de Sports CLUB NAUTICO CAPIBARIBE
 Reunio-se, hoje, em sessão de assemblea geral, para a eleição do director do departamento de desportos terrestres, o Club Nautico Capibaribe. São convidados os associados do club.

NAUTICO E TRAMWAYS EM DISPUTA DO CAMPEO-

No jornal Diário da Manhã, essa seção se chamava “Factos do Dia”, e possuía a mesma prerrogativa trazer os fatos policiais e as notícias corriqueiras do cotidiano tanto da capital como do interior. Em algumas raras vezes esses fatos também eram relacionados na seção “A polícia por Dentro e por Fora”, cujo intuito era enaltecer as apreensões realizadas pela polícia.

FIGURA 4: SEÇÃO FACTOS DO DIA, DIÁRIO DA MANHÃ, 02 DE MARÇO DE 1939, PÁGINA 6.



Fonte: Hemeroteca Digital da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE)

Outro fato que as reportagens deixavam explícito é que o governo por meio da “seção de costumes da Secretaria de Investigação e Capturas” ou em alguns casos da “Delegacia de Vigilância e Costumes”, estava empreendendo uma perseguição velada aos praticantes das religiões de matriz africana, conduta por

meio da qual tornava muito claras as suas reais intenções de extingui-las através do encarceramento dos seus membros. Em matéria de duas páginas veiculadas no Diário da Manhã de 13 de fevereiro de 1938 o delegado da Delegacia de Vigilância e Costumes da capital, João Roma⁸, declarava que essa era uma campanha “saneadora e que não vacilaria na extinção do xangô, catimbó e etc.”.

Essa matéria, publicada no jornal do domingo estampava em letras garrafais as seguintes frases:

Xangô, babalorixá e polícia. Importante diligencia da delegacia de investigações e capturas. O que colheu a nossa reportagem na Secretaria de Segurança Publica. Verdadeira profanação aos sentimentos catholicos do nosso povo. (DIÁRIO DA MANHÃ, 13 FEV. 1938)

No primeiro parágrafo do texto são explicitadas as seguintes frases:

Há dias, como é de conhecimento de todos, o dr. Etelvino Lins, Secretário da Segurança Pública, em louvavel providencia que tomara, resolveu não mais permitir o funcionamento de xangôs, catimbós, cartomancias, finalmente, toda sorte de mystificadores que vive, entre nós, explorando a credulidade alheia.

É preciso grifar as palavras “louvavel providencia”, porque não se trata de uma opinião dada pelo Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins⁹, mas de uma

8 João Inácio Ribeiro Roma nasceu em Olinda (PE) no dia 12 de março de 1912, filho de João Carlos Ribeiro Roma e de Adélia Barreto Roma. Durante sua infância e adolescência viveu em vários municípios do sertão pernambucano devido às transferências de seu pai, que era juiz. Assim, de 1919 a 1925 fez o curso primário na escola pública de Buíque (PE) e no Colégio Diocesano de Pesqueira (PE) e, em 1926, foi para Recife, estudando no Liceu Pernambucano até o ano seguinte. Em 1928 ingressou no Ginásio Pernambucano, e, nesse mesmo ano, começou a trabalhar na Secretaria de Segurança Pública, onde ingressou por pedido de seu pai a Eurico de Sousa Leão, então chefe de polícia do estado. Trabalhou como guarda civil, investigador de polícia e secretário da Escola de Polícia do governo durante dois anos. Secretário do Círculo Católico de Pernambuco e com atuação nos movimentos políticos estudantis, participou da Revolução de 1930, inscrevendo-se num batalhão comandado por Juraci Magalhães e Agildo Barata, que percorreu os estados de Alagoas, Sergipe e Bahia em direção ao Rio de Janeiro. O movimento vitorioso levou ao governo de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937), a quem, segundo seu próprio depoimento concedido ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), passou a se opor por motivos emocionais gerados pela demissão de juizes, entre os quais seu pai. Em 1936 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife. Com o advento do Estado Novo em novembro de 1937 e a deposição do governador Carlos de Lima Cavalcanti, tomou posse como interventor Agamenon Magalhães. Apoiando o novo governo, era repórter do Jornal do Comércio e correspondente da Agência Nacional quando passou a ocupar os cargos de delegado de polícia do 2º Distrito de Recife e da Delegacia de Investigações e Capturas, também na capital. Permaneceu nessas funções durante as interventorias de Agamenon Magalhães e Etelvino Lins, deixando-as em 1945, assim como os cargos no Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-inacio-ribeiro-roma>>. Acesso em 10 mar. 2021.

9 Etelvino Lins de Albuquerque nasceu em Alagoa de Baixo, hoje Sertânia (PE), no dia 20 de novembro de 1908, filho de Ulisses Lins de Albuquerque e de Rosa Bezerra Lins de Albuquerque. Seu pai, inicialmente funcionário público, tornou-se industrial e agropecuarista, tendo sido constituinte de 1946 e deputado federal de 1946 a 1959. Com a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 e o afastamento do interventor Carlos de Lima Cavalcanti, permaneceu como

avaliação do escritor da matéria e, conseqüentemente, também do jornal. Claramente concedia-se, ali, um apoio público às ações que estavam sendo realizadas pelo secretário e pelo delegado da Delegacia de Vigilância e Costumes. Havia uma exaltação aos feitos policiais e ao mesmo tempo uma tentativa de degradação da religião, como numa matéria publicada no Diário da Manhã em 10 de março de 1938, que dizia: “era mais uma investida habil, inteligente e proveitosa das nossas autoridades policiaes contra um perigoso recanto de macumba, um desses apartamentos onde se realiza a dansa macabra do candoblé”.

Outra reportagem veiculada no mesmo vespertino acentua a importância desses atos praticados pelos policiais, quando escreve:

Não resta duvida que as autoridades policiaes estão cumprindo uma obra saneadora e das mais oportunas. O resultado das batidas veio revelar que uma grande parte dos suburbios, onde residem as camadas inferiores da população, estava sendo infestada pelos “sacerdotes” e “devotos” de uma espantosa variedade de religiões e seitas, com que se exploram a credence e a imaginação facil do povo. E não havia apenas o carater de religiosidade; tambem se praticava largamente nesses centros o curandeirismo mais sordido, ao qual a ignorancia e a exaltação religiosa emprestam virtudes miraculosas. Por ahi se vê como foi util a acção policial, extirpando radicalmente essa praga que tantos males causam ao povo ignorante e desavisado. Si fôsse possível organizar uma estatistica, iriamos encontrar indices surprehendedentes de casos de loucura e morte, conseqüentes as praticas adoptadas pelas seitas disseminadas nos arrabaldes, envolvendo uma grande massa de população, que pelas suas condições de obscurantismo não pode offerecer resistencia e se entrega inerte nas mãos de habeis exploradores. A policia fez bem combater esses perigosos centros de difusão de doenças mentaes e o pedido que se póde endereçar às autoridades é que continuem a perseguil-os intransigentemente. (Diário da Manhã, 17 de fevereiro de 1938, pag. 3)

secretário do governo até a posse do interventor Agamenon Magalhães em 3 de dezembro de 1937 Etelvino foi então nomeado secretário de Segurança Pública do estado. No exercício dessas funções, além de assumir várias vezes interinamente o governo na ausência de Agamenon Magalhães, traçou diretrizes para o combate ao banditismo no interior e para a prevenção e repressão de delitos, sobretudo os chamados crimes de sangue. Uma dessas medidas consistiu na portaria baixada em janeiro de 1938, proibindo a divulgação pela imprensa de notícias sensacionalistas sobre crimes e suicídios. Em 13 de junho de 1942, Etelvino determinou a prisão do escritor e sociólogo Gilberto Freire, em virtude de um artigo por este publicado dois dias antes no Diário de Pernambuco sob o título “O exemplo de Ibiapina”, no qual criticava as idéias etnocêntricas dos padres estrangeiros no país, acusando-as de anticristãs, antibrasileiras e racistas. Embora Gilberto Freire tenha sido libertado logo após prestar depoimento na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do estado, o fato teve repercussão intensa dentro e fora do país, culminando com um telegrama de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a Etelvino Lins, solicitando a censura prévia de todas as notícias de caráter político que envolvesse o clero. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/etelvino-lins-de-albuquerque>>. Acesso em 10 mar. 2021.

Além de publicar reportagens acentuando a ação da polícia e de seus principais chefes, o veículo também era usado para realizar denúncias, como num caso publicado no Diário de Pernambuco no dia 27 de maio de 1938, na edição 123:

CONTRA OS CATIMBOZEIROS: Temos recebido várias reclamações contra um “catimbó” que funciona na Avenida Joaquim Nabuco, 585, residencia da mulher Maroca Asta.

Dizem os missivistas que as sessões perturbam grandemente o socego da vizinhança que tem os seus quintaes transformados em depositos de cinzas e materiaes melhor utilizados para o funcionamento do “catimbó” de Maroca Asta. Estamos certos que o delegado João Barreto providenciará a respeito, fazendo cessar immediatamente as reuniões de que se queixam os moradores da Avenida Joaquim Nabuco.

Em outra nota publicada no mesmo jornal, no dia 01 de junho de 1938, na edição 127, fica comprovada a atuação da polícia por meio desse tipo de denúncia:

CATIMBÓ NA AV. JOAQUIM NABUCO: O delegado João Barreto em consideração a uma nota inserta nessa secção contra a mulher conhecida por Maroca Austra residente à avenida Joaquim Nabuco n. 585, nesta cidade, como sendo “catimboseira”, verificou, das syndicancias por elle procedidas que carece de fundamento a denuncia levada á imprensa contra Marocas que não se dedica a praticas tão reprovaveis.

Embora as acusações contra Marocas não tenham surtido efeito, muitas outras não tiveram a mesma sorte – com efeito, a grande maioria das apreensões realizadas pela polícia era de pessoas do sexo feminino, sendo poucos os detidos do sexo masculino. Isso demonstra como as mulheres eram as maiores praticantes da religião e, por conseguinte, as que sofriam maiores rejeições pela sociedade e pelo regime dominante.

Não se pode deixar de comentar que as perseguições deixavam clara a existência de pessoas que se utilizavam da religião para charlatanismo e proveito próprio, trazendo com isso má fama para aqueles que a praticavam como meio de fé. Aliado a isso, percebe-se que a cultura religiosa vigente que não estava preparada, como ainda hoje não está, para aceitar aquilo que difere de sua confissão religiosa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que vem ao mundo a luta do negro é uma luta árdua e diária, seja por afirmação ou por melhorares condições de vida. Independentemente da época na qual está inserido ele pertence a um povo perseguido por causa sua cor, tradições e fé. Não importa se em 1937 ou agora, as conjunturas podem ser diferentes, mas o racismo seja ele velado ou descoberto, ainda é latente e vergonhoso.

Como a questão do negro e do branco num país marcado por uma divisão racial e cujo modo de ser está organizado pelo controle pleno e total de um grupo sobre a vida de um outro grupo impacta na formação e consciência de uma nação? O lugar em que o negro foi colocado diz muito sobre a forma como as questões sociais do nosso país foram arrançadas. Um aspecto importante é o processo de miscigenação, uma política deliberada de mistura das pessoas brancas e negras, processo comumente chamado de limpeza racial que consiste no clareamento da pele e conseqüentemente dos costumes, crenças, modos de vida e tradições que marcam um lugar, um povo.

Ao se adentrar numa casa de pessoas italianas elas demonstrarão orgulho em dizer a sua origem, comentar como se faz o queijo, comentar como é feita a massa, como a carne é cortada ou sobre maneira de falar. Igualmente se alguém for à casa de alguém vindo da Espanha, seus habitantes terão orgulho em lembrar a cidade de sua origem e os costumes dela oriundos. Do mesmo modo, numa casa de pessoas japonesas, os costumes de hierarquia familiar e de hábitos alimentar se mantêm intactos. E, no entanto, quando se visita a casa de uma família afro-brasileira ou de descendência africana cuja a família veio para o Brasil no processo da escravidão, não se sabe quais são os costumes e qual é a origem dessa família.

A grande maioria dos negros não sabe de qual local da África sua a família veio e isso foi historicamente negado, porque nunca houve uma preocupação em organizar e dar acesso a essa informação. Tal memória não é irrelevante posto que se relaciona com identidade, local de fala, lugar no mundo. Se eu sei de onde eu venho eu sei para onde eu poderei ir. Se eu não sei de onde eu venho, para onde é que eu vou? Esse é o processo de miscigenação. Foi isso que ele causou aliado à noção de supremacia branca européia, segundo a qual sua cultura é superior às outras no mundo. Não foi à toa, inclusive que foram os europeus os convidados para vir ao Brasil no processo pós Abolição para ocupar os postos de trabalho.

Esse processo de apagamento de memória continuava latente durante o Estado Novo, tendo em vista que o governo e a religião dominante adivinham de pessoas de origem europeias e que não viam com bons olhos a religião e os rituais religiosos africanos. As reportagens veiculadas nos jornais pesquisados escancaravam de modo explícito que partia do governo interventor, por meio da seção de costumes da Delegacia de Investigação, a política de extirpar e sanar a cidade dessa “praga” que estava inserida no seio da sociedade e que profanava os “sentimentos católicos”.

As reportagens nos periódicos ajudavam a colocar a população contra os indivíduos praticantes das religiões afro-brasileiras, inclusive denegrindo a imagem dos incautos - os chamando pejorativamente de catimbozeiros/macumbeiros e, em outros casos, de ladrões, praticantes de magia negra, feiticeiros, bruxos. Assim, incutia nos leitores uma imagem deturpada dos praticantes dessas religiões, contribuindo para o aumento de uma imagem negativa desses cultos e conseqüentemente obtendo o apoio dos leitores às perseguições realizadas pelo governo e pela polícia. É de se notar que as reportagens veiculadas em ambos os jornais rasgavam elogios à ação policial, impondo uma imagem de que essas ações eram lícitas e dignas de aplausos. Aumentava-se com isso, o arcabouço de invisibilidade do negro, na tentativa de tornar sua religião invisível.

Esse local de invisibilidade e de mal-estar, sobre o qual não se fala, também é um hábito cultural brasileiro. Seu efeito é colocar vai cada vez mais a memória africana e o lugar ocupado pelo descendente africano da diáspora como um espaço invisível, de silenciamento. Ao mesmo tempo, pelos processos naturais das tensões da vida atual, na modernidade ocorre cada vez mais um redesenho dessas relações raciais. Mesmo que de uma forma ainda muito superficial, há uma representatividade maior do negro nos meios de comunicação e na cultura. Porém aos espaços importantes de decisão e de construção, como na política, nas universidades, especialmente nos cursos universitários que projetam e produzem conhecimento com maior impacto na sociedade, os indivíduos negros ainda não conseguem ter acesso. Essa blindagem diz respeito ao processo histórico analisado, pois os locais que esses indivíduos ocupam não permitem que eles possam transitar em outros espaços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária:** palavras e imagens da Interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945). São Paulo: USP, 1995.

ALVES, Marileide. **Nação Xambá:** do terreiro aos palcos. Olinda: Ed. do Autor, 2007.

ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil:** o negro na telenovela brasileira. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

ARRUDA, Cecília Nascimento. Estratégias da Propaganda Estadonovista em Pernambuco: A Folha da Manhã e os Ditames do Mundanismo. *In: IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder.* Anais Eletrônicos. Jataí: Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, 2014.

BERNARDES, Denis. **Recife:** o caranguejo e o viaduto. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

BERKENBROCK, Volney J. **A experiência dos orixás:** um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de Cultos Afro-brasileiros:** com a indicação da origem das palavras. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1977.

CARNEIRO, Edison. **Antologia do negro brasileiro:** de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. KOURYH. Jussara Rocha. **Religiões Afro-Brasileiras:** Perseguições Antigas e Novas. Revista de Teologia e Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, Recife, v. 5, n. 1, p. 161-177, dez. 2015. Disponível em: <www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/download/609/527>. Acesso em 22 jun. 2019.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **A polícia no estado novo combatendo o catimbó.** Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, n. 3, Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas, 2009.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. Marianos recatequizando Pernambuco. In.: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil**. V.3, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **Perseguida por Agamenon Magalhães**: marcas de memória de uma mãe-de-santo pernambucana. Revista Symposium. Recife, ano 3, número especial, p. 65 – 70, Dez. 99. Universidade Católica de Pernambuco.

CANEVACCI, Massimo. **Sincretismo**. São Paulo: Nobel. 1996.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)** - Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Fapesp, 1998.

CAVALCANTI, Pedro. As Seitas Africanas no Recife In: **Estudos Afro-Brasileiros**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988 (Fac-símile de Rio de Janeiro: Ariel, 1935), p. 243-44.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.

FERNANDES. Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 6. ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FILHO, Carlos da Fonte. **Espectáculos populares de Pernambuco**. Recife: Bagaço, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 148-149.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo, ideologia e propaganda política**. Rio de Janeiro: ebooklibris, 2002.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Jaboatão dos Guararapes: Livro Rápido, 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. GRILLO, Maria Angela de Faria. **Cultura, Cidadania e violência**: VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco/ Orgs. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Identidade negra no Recife**: maracatus e afoxés. Recife: Bagaço, 2009.

LODY, Raul. **Candomblé, Religião e Resistência Cultural**. São Paulo. Ática, 1987.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do Feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**: Iniciação, Teorias e Temas. Petrópolis, Vozes 1987.

MUNANGA Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Angela de Castro. **Estado Novo, ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

OUTTES, Joel. **O Recife**: Gênese do Urbanismo de 1927-1943. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1997. (Estudos e Pesquisas nº 93).

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Editora Massangana, 1984

PERISSINOTTO, R. **História, sociologia e análise do poder**. Revista História Unisinos, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 3, p.313-320, 2007.

PRANDI, Reginaldo. **Os Candomblés de São Paulo**: A velha Magia na metrópole nova. São Paulo, Editora Hucitec/Edusp, 1991.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta**. São Paulo, Olho D'água e Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, René. **Cultos Afro-brasileiros do Recife**. Instituto Joaquim Nabuco, 1970.

RIBEIRO, José. **Brasil do Folclore**. Rio de Janeiro, Gráfica e Editora Aurora, 1970.

ROSA, Tiago Barros. **O poder em Bourdieu e Foucault**: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. Rev. Sem Aspas, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2017.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do Jornalismo Literário à Era da Internet. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.) **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade e Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.P. 38.

SILVA, Marcília Gama da. **O DOPS e o Estado Novo**: Os bastidores da Repressão em Pernambuco de 1930-1945. Dissertação de Mestrado UFPE, Recife, 1996.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Silvia Cortez. **Tempos de Casa Grande**: (1930-1940). São Paulo: Perspectiva: FAPESPE, 2010 (Estudos: 276 / dirigida por J. Guinsburg).

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonosor**: um ensaio sobre Estado Novo e Propaganda em Pernambuco. Recife: EDUPE, 2013, p. 74)

VERGUER, Pierre Fatumbi. **Orixás, Deuses Iorubas na África e no Novo Mundo**. Corrupio, 1981.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.